

1.000

QUESTÕES PARA

CNU

BLOCO 8: NÍVEL INTERMEDIÁRIO

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	9
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	9
→ ACENTUAÇÃO.....	16
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	22
→ SUBSTANTIVO	23
→ ADJETIVO	24
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	24
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	34
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	36
→ PRONOMES PESSOAIS.....	36
→ PRONOMES DE TRATAMENTO.....	37
→ PRONOMES POSSESSIVOS.....	37
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	38
→ PRONOMES RELATIVOS.....	38
→ ADVÉRBIO	39
→ PREPOSIÇÃO.....	40
→ CONJUNÇÃO.....	40
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	52
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	79
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC).....	107
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	126
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	126
NOÇÕES DE DIREITO.....	199
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	199
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS	200
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	200
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	200
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	201
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	201
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	201

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	202
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	202
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PODER REGULAMENTAR.....	202
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PODER DE POLÍCIA	202
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	202
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS).....	203
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	203
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	205
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	205
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	206
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	206
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	206
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	206
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999)	207
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784/1999) ...	207
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999)	208
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 9.784/1999).....	208
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO (ARTS. 53 A 55 DA LEI Nº 9.784/1999)	208
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO (ARTS. 56 A 65 DA LEI Nº 9.784/1999).....	208
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO	208
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS)	209
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)	209
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)....	210
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	210
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	210
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988)	211

MATEMÁTICA.....213

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	213
→ MÉDIA PARA DADOS AGRUPADOS POR VALOR.....	213
→ MÉDIA PARA DADOS EM CLASSE.....	214
→ MÉDIA PONDERADA	214
→ MODA PARA DADOS AGRUPADOS POR VALOR.....	215
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	216

→ PROBABILIDADE CONDICIONAL	216
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	216
→ PROBABILIDADE DA UNIÃO	218
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES	218
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	218
→ TEOREMA DA PROBABILIDADE TOTAL.....	218
→ TEOREMA DE BAYES.....	219
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA	220
→ MATEMÁTICA - ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	221
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	225
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC)	225
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	226
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	228
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	230
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	230
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	233
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	235
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	237
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	238
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	241
→ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	241
→ PROGRESSÃO GEOMÉTRICA.....	244
→ FUNÇÃO DE PRIMEIRO GRAU	245
→ FUNÇÃO DE SEGUNDO GRAU	245
→ TRIÂNGULOS: CONCEITO, ELEMENTOS E CLASSIFICAÇÃO (EQUILÁTERO, EQUIÂNGULO, ISÓSCELES, ETC)	246
→ ÁREA E PERÍMETRO DO TRIÂNGULO	246
→ RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO (INCLUI TEOREMA DE PITÁGORAS).....	246
→ LEI DOS SENOS E LEI DOS COSSENOS	247
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC).....	247
→ ÁREA E PERÍMETRO DE UM POLÍGONO QUALQUER.....	251
→ POLÍGONOS REGULARES (MEDIDA DO LADO, DIAGONAL, APÓTEMA E ÁREA; ÂNGULO INTERNO).....	251
→ COMPRIMENTO DA CIRCUNFERÊNCIA E DO ARCO DE CIRCUNFERÊNCIA	252
→ GEOMETRIA ESPACIAL	252

REALIDADE BRASILEIRA..... 257

→ GEOGRAFIA - POPULAÇÃO BRASILEIRA	257
→ INDUSTRIALIZAÇÃO	260
→ INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA.....	261
→ ENERGIA NO BRASIL	262
→ POLÍTICA E DESIGUALDADE REGIONAL	265
→ URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.....	265

→ METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL.....	268
→ QUESTÃO AGRÁRIA.....	270
→ AGRONEGÓCIO	276
→ FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL	280
→ DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E REGIONAL DO BRASIL	282
→ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	284
→ MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AQUECIMENTO GLOBAL	286
→ HISTÓRIA - COLONIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA AMÉRICA PORTUGUESA	288
→ POLÍTICA E ECONOMIA COLONIAIS.....	290
→ ARTES, CULTURA E SOCIEDADE COLONIAIS	290
→ MOVIMENTOS EMANCIPACIONISTAS	290
→ A COLÔNIA E O MUNDO: A METRÓPOLE, AS INVASÕES E OS VIZINHOS.....	291
→ A FUGA DA FAMÍLIA REAL E AS REFORMAS JOANINAS	291
→ A CRISE DO SISTEMA COLONIAL, A CRISE PORTUGUESA E A PARTIDA REAL	291
→ A INDEPENDÊNCIA (1822) E A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA	291
→ A CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA E A CONSTITUIÇÃO DE 1824	292
→ POLÍTICA E ECONOMIA NO PRIMEIRO REINADO.....	292
→ REVOLTAS PROVINCIAIS.....	292
→ A POLÍTICA NA REGÊNCIA, SUA CRISE E O GOLPE DA MAIORIDADE (1840)	293
→ A ESTRUTURAÇÃO DO SEGUNDO REINADO E SUAS PRIMEIRAS AÇÕES (1840-1850).....	293
→ ECONOMIA NO SEGUNDO REINADO E A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO	294
→ GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870).....	295
→ QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO	295
→ POLÍTICA EXTERNA NO SEGUNDO REINADO	296
→ ARTE, CULTURA E SOCIEDADE NO IMPÉRIO	296
→ PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, OS GOVERNOS MILITARES E A CONSTITUIÇÃO DE 1891	297
→ A POLÍTICA E O SISTEMA DE GOVERNABILIDADE DA PRIMEIRA REPÚBLICA	297
→ ECONOMIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	298
→ MOVIMENTOS DE CONTESTAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: DE CANUDOS AO TENENTISMO.....	299
→ ARTES, CULTURA E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA	299
→ O GOLPE DE 1930 E O GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934).....	300
→ GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934-1937) E A CONSTITUIÇÃO DE 1934	300
→ O ESTADO NOVO (1937-1945): A GUINADA AUTORITÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DE 1937.....	300
→ AS REFORMAS INSTITUCIONAIS: O BRASIL SEGUNDO VARGAS	300
→ POLÍTICA: ENTRE A CONTINUIDADE E AS CRISES (REPÚBLICA LIBERAL)	301
→ ECONOMIA NA REPÚBLICA LIBERAL	301
→ ARTES, CULTURA E SOCIEDADE NA REPÚBLICA LIBERAL.....	301
→ A CRISE FINAL DA REPÚBLICA LIBERAL E O GOLPE DE 1964.....	302
→ CONSTITUIÇÃO DE 1967 E AS MODIFICAÇÕES DE 1969	303
→ ECONOMIA NO REGIME MILITAR.....	303
→ A ORDEM E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA	304
→ A REDEMOCRATIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988	304

NOÇÕES DE DIREITO

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

1. (CESGRANRIO – 2023) Um administrador de empresas exerce cargo comissionado em determinado órgão público que está assoberto de requerimentos com pleitos diversos. Com o intuito de resolver o problema, cria sistema de metas, com prêmios de produtividade, buscando respaldo em autorização normativa recentemente aprovada. No caso em tela, está sendo realizado o princípio, aplicável à administração pública, da

- a) moralidade
- b) publicidade
- c) eficiência
- d) organização
- e) solidariedade

2. (CESGRANRIO – 2018) No âmbito do princípio da legalidade atuam a supremacia da lei e a reserva de lei.

No que concerne à reserva de lei, a doutrina assente estabelece uma relação com a denominada

- a) atuação negativa
- b) vinculação positiva
- c) juridicidade atual
- d) mecânica limitativa
- e) inclusão das lacunas

3. (CESGRANRIO – 2018) São princípios constitucionais que regem a administração pública, **EXCETO**

- a) Legalidade
- b) Impessoalidade
- c) Moralidade
- d) Marketing
- e) Publicidade

4. (CESGRANRIO – 2018) É considerado um princípio geral do direito administrativo, o princípio da

- a) isonomia
- b) dualidade
- c) probabilidade
- d) unitariedade
- e) finalidade

5. (CESGRANRIO – 2014) Em um determinado município, por falta de consenso nas discussões políticas, o Poder Legislativo municipal encerrou a segunda parte da sessão sem aprovar a proposta orçamentária para o exercício subsequente. Em decorrência da necessidade de execução de serviços e obras imprescindíveis à manutenção das atividades do município, o

prefeito decidiu dar início à execução dos programas previstos na proposta orçamentária enviada ao Poder Legislativo.

A situação acima descrita fere um princípio da administração pública, que é o da

- a) moralidade
- b) publicidade
- c) transparência
- d) legalidade
- e) eficiência

6. (CESGRANRIO – 2014) Quando a lei estabelece que as informações dos órgãos públicos devem estar disponíveis a todos mediante acesso facilitado, atende-se ao primado do princípio aplicável à Administração Pública que consiste na

- a) proporcionalidade
- b) impessoalidade
- c) publicidade
- d) razoabilidade
- e) finalidade

7. (CESGRANRIO – 2012) Com relação aos princípios básicos da gestão pública, o Princípio da Eficiência está

- a) vinculado à noção de administração burocrática.
- b) vinculado à redução de autonomia dos entes administrativos.
- c) relacionado à diminuição da aferição do atingimento dos resultados.
- d) relacionado ao princípio da economicidade.
- e) relacionado ao aumento do controle das atividades meio.

8. (CESGRANRIO – 2011) A Constituição Federal expressa princípios básicos que condicionam a atuação da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Dentre os postulados fundamentais explícitos no texto constitucional, tem-se o princípio da

- a) publicidade que exige a ampla divulgação dos atos da Administração, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.
- b) proporcionalidade que determina a adequada proporção entre os meios de que se utiliza a Administração e os fins que ela pretende alcançar.
- c) autotutela que determina que a Administração exerça controle sobre seus próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos.
- d) motivação que estabelece que a Administração indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões.
- e) hierarquia que estabelece que os órgãos da Administração sejam estruturados de forma a ser criada uma relação de coordenação e subordinação entre uns e outros, na forma da lei.

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

9. (CESGRANRIO – 2023) Determinado cidadão foi eliminado de concurso público, a investigação social, por ter cometido ilícito sete anos antes do certame. No recurso contra sua eliminação, aduziu que, além do tempo decorrido, passou a exercer outro cargo público, onde permanece, com elogios a sua atuação. Nos termos dos princípios aplicáveis à administração pública, o ato que eliminou o cidadão do concurso ofende a

- a) veracidade
- b) necessidade
- c) validade
- d) publicidade
- e) proporcionalidade

10. (CESGRANRIO – 2018) A logística inbound de uma empresa é o setor da logística que, entre outras atividades, realiza a compra de materiais, sempre buscando o menor custo e as melhores condições para a empresa. A administração pública também busca realizar as suas compras com o intuito de garantir, entre outros quesitos, o menor custo, respeitando-se os princípios presentes na Constituição Federal de 1988.

Um desses princípios, que une qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos, é o princípio da

- a) razoabilidade
- b) economicidade
- c) impessoalidade
- d) moralidade
- e) publicidade

11. (CESGRANRIO – 2014) Os serviços públicos estão submetidos a alguns princípios gerais comuns de funcionamento que lhes impõem uma ética do interesse geral, diferenciando-os das atividades privadas lucrativas.

O princípio que obriga os gestores do serviço a não fazer discriminação ou favoritismo em função das opiniões políticas, opções filosóficas ou convicções religiosas dos usuários do serviço ou de seus agentes é denominado:

- a) neutralidade e impessoalidade
- b) continuidade do serviço e eficiência
- c) moralidade e probidade
- d) mutabilidade ou adaptabilidade e economicidade
- e) legalidade e publicidade

12. (CESGRANRIO – 2014) Ao se estabelecer que o Estado deve perseguir o interesse público em detrimento do interesse privado, busca-se realizar, primordialmente, o princípio da

- a) finalidade
- b) continuidade
- c) legalidade
- d) impessoalidade
- e) indisponibilidade

13. (CESGRANRIO – 2013) Recorre-se ao princípio da proporcionalidade para aferir a legitimidade de um ato do poder público que restringe um direito fundamental visando a alcançar um fim que também tem base constitucional.

O princípio da proporcionalidade impõe o exame do ato quanto a

- a) adequação e necessidade

- b) unidade e excesso
- c) impessoalidade e moralidade
- d) razoabilidade e eficiência
- e) legalidade e efetividade

14. (CESGRANRIO – 2013) Um agente público, fiscalizando determinado estabelecimento, verifica que alguns alimentos estão em situação irregular. Além disso, as condições de higiene não são adequadas ao desempenho normal da empresa, apresentando, assim, sérios riscos à saúde dos clientes e à dos vizinhos. Por esses motivos, o agente determina a interdição do local até que as irregularidades sejam sanadas, condicionando a reabertura à vistoria oficial dos agentes públicos competentes.

Nesse caso, existe a aplicação do princípio que rege a Administração Pública, denominado

- a) publicidade
- b) moralidade
- c) impessoalidade
- d) autotutela
- e) capacidade

15. (CESGRANRIO – 2011) Qual princípio da Administração Pública justifica o estabelecimento de prazo decadencial para o exercício da autotutela administrativa nas hipóteses em que o destinatário do ato ilegal esteja de boa-fé?

- a) Proporcionalidade
- b) Segurança jurídica
- c) Eficiência administrativa
- d) Instrumentalidade processual
- e) Devido processo legal

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

16. (CESGRANRIO – 2018) Conforme entendimento doutrinário, os atos administrativos

- a) subordinam-se ao fato jurídico do direito privado.
- b) são incompetentes quando considerados de interesse pessoal do administrador público.
- c) podem ser objeto de delegação em que conste a edição de atos de caráter normativo.
- d) permitem a exoneração do Servidor em estágio probatório, sem as formalidades de apuração de sua capacidade.
- e) são delegáveis ao administrador, que pode adotar fundamentos genéricos e indefinidos como de interesse público.

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)

17. (CESGRANRIO – 2015) Determinada norma estabelece que cabe ao Diretor do órgão administrativo X a edição de específicos atos administrativos. Aqui, trata-se de identificar, no que se refere ao elemento do ato, a denominada

- a) forma
- b) competência
- c) finalidade
- d) motivação
- e) abrangência

18. (CESGRANRIO – 2012) Conforme conhecimento convencional, a competência é um dos elementos dos atos administrativos.

De acordo com a legislação pertinente, competência

- constitui elemento tipicamente discricionário.
- integra a noção de mérito administrativo.
- admite delegação, sendo vedada a avocação, ainda que temporária.
- admite avocação, sendo vedada a delegação, ainda que em caráter precário.
- é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que tiver sido atribuída como própria, ressalvadas as hipóteses de delegação e avocação.

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

19. (CESGRANRIO – 2019) Um gerente administrativo de determinado órgão público recebe treinamento para diminuir os equívocos na atuação do Estado na relação com os administrados.

Em uma das aulas do curso, são abordados os atributos do ato administrativo que, segundo a doutrina, inclui a

- condicionalidade
- estabilização
- certeza de origem
- presunção de legitimidade
- simplicidade

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO

20. (CESGRANRIO – 2018) Quando um ato administrativo é revogado por conveniência e oportunidade da Administração, deve ser observado, quanto à forma, o princípio da

- simetria
- motivação
- vinculação
- acidentalidade
- essencialidade

21. (CESGRANRIO – 2014) Os atos administrativos podem ser classificados de diversas formas.

Assim, quando se indica que o ato administrativo de desapropriação representa a onipotência do Estado e o seu poder de coerção, está-se fazendo referência ao ato de

- gestão
- expediente
- império
- internalização
- alienação

22. (CESGRANRIO – 2013) Vladimir é responsável por organizar as compras do órgão onde atua, coordenando o setor competente. Ao elaborar um edital de licitação, é surpreendido por requerimento de um interessado impugnando determinada cláusula que considerou violadora do princípio da isonomia. A impugnação veio a ser rejeitada.

Posteriormente, o mesmo interessado lançou mão de medida judicial e obteve liminar suspendendo a licitação ainda não iniciada, até as correções do edital. Após aguardar o desfecho do processo judicial que durou vários meses sem resolução, decidiu Vladimir cancelar as compras, objeto do referido edital.

Tal ato deve ser considerado como de

- anulação
- admissão
- aprovação
- homologação
- revogação

23. (CESGRANRIO – 2012) Qual ato de consentimento de polícia se caracteriza por sua vinculação, de forma que, uma vez atendidos os requisitos previstos em lei, o interessado passa a ter direito subjetivo à sua obtenção?

- Concessão
- Licença
- Permissão
- Autorização
- Adjudicação

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO)

24. (CESGRANRIO – 2018) Quando se afirma que os atos administrativos são sempre nulos, está sendo aplicada a denominada teoria

- diferenciada
- circunscrita
- monista
- especialista
- avançada

25. (CESGRANRIO – 2014) Nos termos da lei federal que regula o processo administrativo, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em

- cinco anos
- quatro anos
- três anos
- dois anos
- um ano

26. (CESGRANRIO – 2012) A administração pública utiliza os atos administrativos para exprimir a sua vontade, visando à produção dos efeitos jurídicos, de modo a atender ao fim público. Os atos administrativos podem ser classificados, entre outros, quanto aos atributos, à forma de exteriorização e à extinção.

Nesse sentido, a forma de extinção do ato por razões de oportunidade e conveniência, com efeitos ex nunc, é denominada

- anulação
- caducidade
- cassação
- revogação
- extinção subjetiva

27. (CESGRANRIO – 2012) Como é do conhecimento convencional, a revogação de um ato administrativo decorre de uma apreciação pautada por critérios de conveniência e oportunidade. A esse respeito, tem-se que

- a) tanto os atos administrativos discricionários, como os vinculados, são passíveis de revogação.
- b) a revogação de um ato administrativo deve ser precedida de processo administrativo disciplinar e pressupõe prévia indenização aos destinatários.
- c) a revogação de um ato administrativo submete-se a prazo prescricional de cinco anos, findos os quais se considera o ato perfeito e acabado.
- d) somente à própria Administração Pública reconhece-se competência para revogar os atos administrativos por ela editados.
- e) o ato de revogação tem natureza meramente declaratória e, como tal, produz efeitos ex tunc.

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

28. (CESGRANRIO – 2023) J é gerente responsável pelas compras do município Z e as realiza de acordo com a moldura legal existente. Dado ao excesso de trabalho, postula à autoridade local a indicação de novo servidor para auxiliar nas tarefas necessárias. Houve a edição de ato nomeando P para cargo efetivo no setor, que, posteriormente, foi declarado nulo, sendo editada nova portaria para designar P para exercício de cargo em comissão. Nesse caso, observada a teoria dos atos administrativos, houve a

- a) permissão
- b) conversão
- c) convalidação
- d) transformação
- e) edição

29. (CESGRANRIO – 2012) Um ato administrativo - ato jurídico que decorre do exercício da função administrativa, sob um regime jurídico de direito público - pode ser invalidado mediante anulação, revogação e convalidação. Nesse sentido, verifica-se que a convalidação de um ato administrativo consiste em

- a) ato produzido pela Administração Pública, para suprir vícios sanáveis em um ato ilegal, com efeitos retroativos ao momento de sua expedição, em decisão na qual se evidencie não acarretar lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- b) extinção do ato administrativo discricionário, por questão de mérito, feita pela Administração Pública, preservando os efeitos produzidos no passado (efeitos ex nunc).
- c) extinção do ato administrativo por motivo de ilegalidade, feita pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, produzindo uma eficácia retroativa (efeitos ex tunc).
- d) submissão a um regime jurídico de direito público de presunção de legitimidade (conformidade do ato com o ordenamento), veracidade (presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração), imperatividade e autoexecutoriedade.
- e) vinculação, quando a lei estabelece que, perante certas condições, a Administração deve agir sem liberdade de escolha e na discricionariedade, quando a lei deixa certa margem de liberdade de decisão de modo que a autoridade poderá escolher, segundo critérios de conveniência e oportunidade, qual o melhor caminho para o interesse público.

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO

30. (CESGRANRIO – 2011) A prerrogativa de direito público que confere ao administrador público a possibilidade de escolher a conduta a ser praticada de acordo com critérios de conveniência e oportunidade denomina-se

- a) discricionariedade administrativa
- b) vinculação administrativa
- c) polícia administrativa
- d) intervencionismo administrativo
- e) consensualidade administrativa

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PODER REGULAMENTAR

31. (CESGRANRIO – 2016) Alguns atos administrativos podem ser veiculadores de normas.

Nesse âmbito estão os de competência privativa dos Chefes do Poder Executivo, que são os

- a) editos
- b) decretos
- c) regimentos
- d) provimentos
- e) despachos

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PODER DE POLÍCIA

32. (CESGRANRIO – 2015) Um agente público, no exercício regular da sua atividade de fiscalização, autua e interdita posto de gasolina situado no município XX, vinculado ao Estado W.

Esse ato é inerente ao denominado

- a) poder de polícia
- b) dever administrativo
- c) ato discricionário
- d) decreto regulamentar
- e) alvará de agência

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO)

33. (CESGRANRIO – 2014) Determinado agente público pratica um ato em fase executória considerado abusivo.

Na teoria dos poderes e deveres dos agentes públicos, o abuso deve incidir sobre atos administrativos, **EXCETO** os

- a) discricionários
- b) vinculados
- c) legais
- d) omissivos
- e) comissivos

34. (CESGRANRIO – 2013) Marco é servidor público. Ele sofreu processo administrativo disciplinar perante comissão de inquérito, o qual foi arquivado por falta de provas. Após o arquivamento, a autoridade que chefiava a seção foi substituída. Seu sucessor determinou o desarquivamento do processo referido,